**Desenvolvimento do capitalismo e a gênese do desemprego no rural**

**RESUMO:** O trabalho trata sobre a gênese do desemprego no rural, e como as suas consequências impactam no cotidiano dos trabalhadores rurais. Com fundamentos teóricos baseados na *Assim Chamada Acumulação Primitiva* de K. Marx, objetiva refletir a essência do desemprego no rural, decorrente das contradições existentes no processo de expansão e acumulação do capital, o qual gerou conflitos para a classe trabalhadora deste espaço, como também modificou sua condição de sobrevivência com o processo de migração. O método de abordagem nesta pesquisa, para uma aproximação e apreensão da realidade, se baseará na perspectiva crítica a partir do método dialético, que permite compreender as múltiplas determinações que constituem a realidade social e sua dinamicidade. Para assim, mostrar como se configura a gênese do desemprego no rural, intencionando apresentar o contexto bibliográfico, do qual os fundamentos do desemprego no rural se encontram inseridos. Ressaltando a importância de discutir essa problemática existente no espaço rural, a qual em muitos momentos fora [in] visibilizada.

**PALAVRAS CHAVE:** Capital, Trabalho no rural, Exército de Reserva.

**Development of capitalism and the genesis of unemployment in the rural**

**ABSTRACT**: The paper deals with the genesis of unemployment in rural areas, and how its consequences impact the daily lives of rural workers. With theoretical foundations based on the so-called Primitive Accumulation of K. Marx, objective of reflecting the essence of unemployment in rural areas, arising from the contradictions existing in the process of capital expansion and accumulation, which generated conflicts for the working class of this space, but also changed its survival condition with the migration process. The method of approach in this research, for an approximation and apprehension of reality, will be based on the critical perspective from the dialectical method, which allows us to understand the multiple determinations that constitute social reality and its dynamicity. To thereby, show how the genesis of unemployment in the rural, intending to present the bibliographic context, from which the foundations of rural unemployment are embedded. Emphasizing the importance of discussing this problem in rural areas, which had in many instances been invisible.

**KEYWORD:** Capital, Work in the rural, Reserve Army.

**INTRODUÇÃO**

O objetivo deste trabalho aparenta ser bastante simples, porém adensa-se ao refletir sobre as relações contraditórias entre capital e trabalho na consolidação do sistema capitalista e suas consequências no espaço rural. Possuindo como objetivo os fundamentos do desemprego no rural a partir da *Assim Chamada Acumulação Primitiva do Capital* de Karl Marx. Parte-se da premissa que o desemprego no rural, em sua gênese, expressa-se como causa da migração e pauperização[[1]](#footnote-1) da classe trabalhadora no rural até os dias atuais. Ou seja, é no processo de acumulação primitiva do sistema do capital que se gestam as bases para o surgimento dos desempregados no espaço rural, segundo Engels (1975), mediante o processo de desapropriação de terras dos camponeses em prol do desenvolvimento do capital, colocando à mercê do sistema aqueles desapropriados que antes possuíam sua terra para plantar as lavouras de subsistência.

Para compreender como se deu o processo do desemprego no espaço rural brasileiro, apresenta-se como este se constitui dentro do processo de acumulação primitiva do capital. Este, de acordo com Marx (1984), ocorreu por meio da subjugação, do assassínio, do roubo e da violência, o que irá obrigatoriamente separar os meios de produção das mãos dos produtores, como forma de garantir a acumulação e a valorização do sistema capitalista que surgia naquele momento.

O desemprego no rural se fundamenta nachamada acumulação primitiva do Capital*,* que surgiu com a expropriação dos trabalhadores de suas terras, num processo que lança ao mercado de trabalho os “proletários livres como pássaros” (MARX, 1984, p. 263). E se consolida com a *Lei Geral de Acumulação Capitalista* (MARX, 1984), a qual controla e influencia as relações de trabalho. Estas regidas através da composição orgânica do capital[[2]](#footnote-2), da centralização e concentração do capital e das modificações que ele sofre no transcurso do processo de acumulação, os quais são fatores importantes para desvendar esse modo de produção, como também são decisivos na investigação sobre o desemprego.

Como o capital não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos nessa expansão e não implanta ao mesmo tempo trabalho assalariado em todos os setores e lugares, ele tende a desenvolver, em parte contraditoriamente, o mesmo processo que se deu em sua acumulação primitiva. O capital lança mão da criação e recriação das relações “não capitalistas” de produção para realizar a produção “não capitalista” do capital. O que se pode deduzir dessas assertivas é que a primeira etapa do desenvolvimento do capitalismo no rural não foi necessariamente uma etapa em que predominaram as relações especificamente capitalistas de produção, mas sim uma etapa em que havia relações capitalistas e “não capitalistas” de produção.

Com a produção de mercadoria, de acordo com Oliveira (2007), o capitalismo ganha dimensão mundial e produz mais-valia, disseminando-se por lugares diferentes, em momentos distintos, porém articulados pelo processo contraditório de sua expansão.

É fruto dos seguintes momentos diferentes, contraditórios, mas articulados: em uma ou mais frações do território capitalista tem-se a forma especificamente capitalista de produção (produção da mercadoria e produção da mais-valia), em outros, ora a circulação da mercadoria está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. Esse é o princípio teórico que permite entender o desenvolvimento do capitalismo e particularmente a agricultura. (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

De fato, esse processo contínuo de industrialização do rural traz transformações nas relações de produção na agricultura, e, consequentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo. Procurando entender essas e outras transformações que o campo sofreu com a introdução do desenvolvimento capitalista, Oliveira (2007) assinala “que surgem inúmeras correntes de interpretação dessas realidades” (OLIVEIRA, 2007, p. 21). Na opinião do autor, todos os estudiosos do desenvolvimento do capitalismo no rural concordam com o processo de generalização progressiva nos ramos e setores da produção e do assalariamento, tanto no campo como na cidade, como relação de produção específica do modo de produção capitalista.

No entanto, existem discordâncias quanto à interpretação do processo, que para uns leva à formação de um operariado único num polo, e de uma classe burguesa no outro. Já para outros, esse processo é contraditório, o que leva a criar, no processo de expansão do assalariamento no campo, o trabalho familiar camponês[[3]](#footnote-3). Trabalho esse que Oliveira (2007) considera como consequência das relações “não capitalistas” de produção, pois o capital em seu desenvolvimento não se expandiu em todos os setores da atividade rural.

O próprio capitalismo desenvolveu mecanismos de subordinação da renda da terra de modo a permitir a criação e a recriação das relações “não capitalistas” de produção no campo. Tais relações “não capitalistas” são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações “não capitalistas” contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

Nesse contexto, a agricultura desenvolveu-se em duas direções: de um lado, a agricultura especificamente capitalista, baseada no trabalho assalariado e nos arrendamentos; de outro, a agricultura baseada na articulação com as formas de produção “não capitalistas”. Dessa forma, destruída a base da economia feudal, começou, segundo Lenin, citado por Oliveira (2007),

um processo de separação da economia camponesa em relação à economia senhorial. O latifúndio passou, portanto, a adotar um sistema misto de produção, aparecendo o assalariamento em alguns casos e o sistema de pagamento-em-trabalho em outros. Na realidade, ele combinava, às vezes, os dois. O desenvolvimento do sistema de pagamento-em-trabalho foi possível porque o camponês, para se libertar da economia senhorial, teve de resgatar a terra, transformando-a em sua propriedade privada. (LENIN, 1980 *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 24).

Esse processo apontava o novo rumo da agricultura: a sua industrialização, que começara com a terra transformada em mercadoria, seguida pela introdução da produção industrial no campo, a qual gerou uma expulsão dos trabalhadores de suas terras, uns porque a sua terra era pouca para tamanha quantidade de gente trabalhando, outros por serem expropriados para a pecuária de ovinos; esta, embora praticada em moldes capitalistas, não exigia grandes somas de capital nem grande número de mão de obra, mas requeria a propriedade privada das terras comuns, fazendo com que os camponeses migrassem para outras propriedades rurais ou para as cidades.

É a mudança na composição orgânica do capital e a busca incessante pela acumulação, que geram o exército industrial de reserva (aumento do capital constante e decréscimo do capital variável), fazendo surgir uma massa de trabalhadores não empregada. Esta se “torna a mais nova e poderosa alavanca da acumulação capitalista” (MARX, 1984, p. 200).

No rural se expressa como superpopulação latente, aquela que provém do momento em que o capitalismo se apodera da agricultura e que tende a promover uma demanda decrescente absoluta de força de trabalho (MARX, 1984). Assim sendo, esta população sofre uma repulsão não acompanhada na mesma medida de maior atração “encontrando-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro” (MARX, 1984, p. 208). Isso os obriga a se submeter a outras formas de trabalho que diferem das formas do trabalho realizado no rural.

 Essa é a população nômade, que representa “a infantaria ligeira do capital, que, de acordo com sua necessidade, ora lança neste ponto, ora lança naquele” (MARX, 1984, p. 224). Ou seja, esse trabalhador foi expropriado de suas terras e migrou para a cidade, onde foi explorado pelo capital com uma condição ainda pior que os proletários da cidade, pois o trabalhador migrante ficava na linha de frente das atividades mais degradantes do capitalismo, porém necessárias para a acumulação.

Com isso elucida-se o processo de apropriação privada da terra que se constituiu numa das primeiras formas de desemprego no campo, com a expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção, tornando a força de trabalho mercadoria, somada à concentração de terras e à introdução da maquinaria. Para isso, é necessário a contradição fundamental da dinâmica do capital: produzir riquezas na mesma proporção que produz miséria e pobreza.

**PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

A metodologia que foi utilizada consistiu em revisão bibliográfica, fundamentada numa perspectiva histórico-crítica dialética, tendo por referencial a teoria marxiana e marxista. Esta permite compreender as múltiplas determinações que constituem a realidade social e sua dinamicidade. Segundo Cassab (2007), o materialismo histórico-dialético prioriza a dinâmica das relações entre sujeitos e o objeto de estudo no processo de conhecimento, valoriza os vínculos do agir com a vida social dos homens e desvela as oposições contraditórias presentes entre o todo e as partes, reconhecendo a realidade como complexa, heterogênea e contraditória, nas diversas facetas e peculiaridades que a compõem.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O que fica posto diante dessa reflexão, a partir de uma análise dialética, é que o desemprego rural é gerado no mesmo processo da produção de riqueza do grande proprietário. Isto ocorre pelo fato de a economia rural ser regida pelo padrão de acumulação capitalista, no qual o trabalhador, através de sua força de trabalho, agrega valor à produção, tornando possível a acumulação do capitalista.

Com isso elucida-se o processo de apropriação privada da terra que se constituiu numa das primeiras formas de desemprego no rural, através de um processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção e que mais adiante virá a propiciar o constante aprimoramento das forças produtivas e, consequentemente, da capacidade de autovalorização do sistema do capital.

Marx (1984) anota que o amadurecimento do sistema capitalista que surgiu com o novo modo de produção trouxe a negação do ser individual, isto é, “a propriedade privada capitalista é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio. Mas, a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação” (MARX, 1984, p. 294).

Assim, entender como se deu o processo de constituição do sistema capitalista e como se gesta essa negação da negação é de extrema importância para se compreender por que o desenvolvimento da produção não supriu as reais necessidades dos trabalhadores, nem jamais suprirá com esse modo de produção, pois tão só busca assegurar o desenvolvimento capitalista. A expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção e a força de trabalho enquanto mercadoria são as bases para o surgimento do desemprego no rural.

Assim, o desemprego possui alta funcionalidade, sendo regulado pela ação do mercado, com a intervenção mínima do Estado neoliberal, que em nada alteram os efeitos da contradição entre capital e trabalho. Logo, o que se infere é que o problema do desemprego no rural é de concentração fundiária nas mãos de poucos, ficando a maioria à mercê da sorte, nesse sistema perverso e explorador.

**CONCLUSÃO**

Os aspectos próprios do desenvolvimento do capital e seu processo de acumulação, a partir da *acumulação primitiva do capital*, são as bases para a análise dos fundamentos do desemprego no rural. Dessa forma, o primeiro elemento a ser considerado neste estudo foi a evidenciação do rural como espaço de apropriação do capital, para seu desenvolvimento em busca de lucros constantes, sem preocupação alguma com a vida dos sujeitos ali existentes. Caracterizar o processo de [in] visibilidade do rural como espaço de reprodução das contradições entre capital e trabalho é de extrema relevância.

Apesar de pouco discutido e problematizado na bibliografia, um segundo ponto a ser considerado é que o desemprego no rural reflete-se também no urbano desde de sua gênese, uma vez que o trabalhador do rural migra para a cidade, o que a faz possuir uma grande massa de força de trabalho, porém pouco absorvida, aumentando a pobreza e a violência no contexto urbano.

Esta é uma realidade tendencialmente posta pela necessidade do controle do capital sobre o trabalho. Deste modo, o capital, com seu domínio de expansão e acumulação no rural, investe mais intensamente em capital constante (meios de produção) que em capital variável (força de trabalho), gerando assim um contínuo aumento de pessoas desempregadas nesse ambiente. A força de trabalho que ainda permanece no meio produtivo rural é intensamente explorada para garantir o lucro do capital, que no campo é identificado como capital agrário.

Outro ponto a ser destacado é que o desemprego no rural é gerado no mesmo processo da produção de riqueza do grande proprietário. Isto ocorre pelo fato de a economia rural ser regida pelo padrão de acumulação capitalista, no qual o trabalhador, através de sua força de trabalho, agrega valor à produção, tornando possível a acumulação do capitalista. Por fim, a gênese do desemprego no rural reflete uma consolidação deste com a consolidação do sistema capitalista, onde K. Marx, vem chamar de *Lei Geral de Acumulação Capitalista,* onde a produção de riqueza está inversamente proporcional a produção de pobreza. É o observado na maioria dos rurais, principalmente no rural alagoano[[4]](#footnote-4), onde a produção da pobreza é constante diante dos limites naturais e econômicos que o espaço rural vivencia.

**REFERÊNCIAS**

CASSAB, L. A. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. In: **Rev. Katálisis.** Florianópolis. v. 10. n. esp. p. 55-63. 2007.

DAENS: um grito de justiça. **Produção/ Direção: Stijn Coninx**. Favouriti Films, Films Dérives. Bélgica/França/Holanda, 1993: 1 DVD.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora em Inglaterra**. Tradução Anália C. Torres. Edições Afrontamentos, 1975. Apartado, 532-Porto.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MARX, K. **O capital**. Vol. I, tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, K. O capital. Vol. I, tomo 1, São Paulo: Nova Cultura Ltda., 1996.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

PAULO NETTO, J. Uma face contemporânea da barbárie. IN: **III Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”.** Serpa, 2010.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

PEREIRA, P. A. P. **Política social**: temas & questões. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

1. Segundo Paulo Netto (2001), “a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constitui o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial. [...] Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.” (PAULO NETTO, 2001, p. 42). Assim, o pauperismo é pontuado pelos estudiosos como a primeira expressão da “questão social”. [↑](#footnote-ref-1)
2. Capital constante e capital variável ((MARX, 1984, p. 187). [↑](#footnote-ref-2)
3. Estas discordâncias referentes ao conceito do desenvolvimento capitalismo no rural não serão abordadas no percurso deste estudo. [↑](#footnote-ref-3)
4. Reflexões sendo realizadas no objeto de estudo para dissertação de mestrado da autora deste artigo, o qual se intitula: “Desemprego no rural semiárido alagoano: a [in] visibilidade desse fenômeno como expressão da “questão social””. [↑](#footnote-ref-4)